

Freguesia de Ferreira de Aves

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA
“INSTALAÇÃO DE MOSAICOS DE PARCELAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL”**

Concurso Público

Procedimento Pré-contratual n.º 01/2023

CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a - Objeto

O presente caderno de encargos contém as cláusulas jurídicas e, em anexo, as cláusulas técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição de serviços para a "Instalação de Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível".

Cláusula 2.^a - Contratos

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.

2. O clausulado do contrato rege-se pelo disposto n.º 1 do artigo 96.º do Código dos Contratos Públicos (doravante «CCP») aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação.
3. Do contrato fazem também parte integrante, os documentos entregues pelos prestadores de serviços, em fase de habilitação, exigidos pelo artigo 81.º do CCP e os documentos comprovativos das qualificações profissionais dos técnicos intervenientes.
4. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
5. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado dos contratos e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelos adjudicatários nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a - Prazo de vigência dos contratos

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 395 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Cláusula 4.^a - Preço base

1. O preço base corresponde ao preço máximo total que a Junta de Freguesia de Ferreira De Aves se dispõe a pagar pela totalidade dos trabalhos objeto do presente caderno de encargos.
2. O preço base fixado para a presente aquisição de serviços é de 388.291,66 EUR (trezentos e oitenta e oito mil duzentos e noventa e um euros e sessenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
3. O preço base não é passível de revisão.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I - Obrigações dos prestadores de serviços

Subsecção I – Disposições gerais

Cláusula 5.^a - Obrigações principais dos prestadores de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorre para o prestador de serviços a obrigação de entrega do trabalho em conformidade com a proposta aprovada.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e tecnológicos que sejam necessários e

adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessária perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.^a - Forma de prestação do serviço

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador dos serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade adequada ao desenvolvimento dos trabalhos nos prazos previstos, reuniões de coordenação com os representantes da Junta de Freguesia de Ferreira De Aves, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser convocadas por escrito por parte do prestador de serviços, sendo anexada a agenda prévia da respetiva reunião.
3. O prestador de serviços fica ainda obrigado a apresentar à Junta de Freguesia de Ferreira De Aves, sempre que por este seja solicitado, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
4. No final da execução do contrato, o prestador de serviços deve elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos durante a execução do contrato.
5. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 7.^a - Prazo de prestação do serviço

1. O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos nas cláusulas técnicas – memória descritiva – do presente caderno de encargos, no prazo máximo de 395 dias a contar da data da celebração do contrato.
2. O prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado a requerimento do prestador de serviços devidamente fundamentado e/ou por iniciativa da Freguesia de Ferreira De Aves, e por esta aprovado.

Cláusula 8.^a - Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo de 30 dias a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato, a Junta de Freguesia de Ferreira De Aves, procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar à Junta de Freguesia de Ferreira De Aves toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise da Junta de Freguesia de Ferreira De Aves a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos

técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, a Junta de Freguesia de Ferreira De Aves deve disso informar, por escrito, o prestador de serviços.

4. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Junta de Freguesia de Ferreira De Aves, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações, correções ou complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, a Junta de Freguesia de Ferreira De Aves procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
6. Caso a análise da Junta de Freguesia de Ferreira De Aves a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 30 dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pela Junta de Freguesia de Ferreira De Aves.
7. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.

Cláusula 9.^a - Transferência de propriedade

1. Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Junta de Freguesia de Ferreira De Aves, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

Cláusula 10.^a - Conformidade e garantia técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Junta de Freguesia de Ferreira De Aves em execução do contrato, às exigências legais, obrigações dos fornecedores e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

Subsecção II – Dever de sigilo

Cláusula 11.^a - Informação e sigilo

1. O prestador de serviços e a Junta de Freguesia de Ferreira De Aves deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, de que possam ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Secção II - Obrigações da Freguesia de Ferreira De Aves

Cláusula 12.^a – Gestão do contrato

1. A Junta de Freguesia de Ferreira De Aves designará um gestor do contrato que terá por incumbência, entre outras, assegurar as relações correntes entre a Junta de Freguesia de Ferreira De Aves e o prestador de serviços, no âmbito da execução do contrato.
2. O clausulado contratual deverá identificar o gestor do contrato em nome da Junta de Freguesia de Ferreira De Aves, nos termos do artigo 290.º-A do CCP.
3. Sem prejuízo de outras responsabilidades, cabe ao gestor do contrato emitir e assinar relatórios, com periodicidade a definir aquando da assinatura do contrato, que permita conhecer com detalhe a evolução da execução do contrato, as questões relevantes, as respostas dadas e as desconformidades por sanar.

Cláusula 13.^a - Preço contratual

Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Junta de Freguesia de Ferreira De Aves pagará ao cocontratante o preço que resultar dos serviços efetivamente efetuados, acrescido da taxa de IVA que for devida, mediante apresentação de fatura devidamente discriminada com os serviços prestados, designação e preços unitários, de acordo com o mapa de quantidades em anexo ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 14.^a - Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devidas pela Junta de Freguesia de Ferreira De Aves, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção pela Junta de Freguesia de Ferreira De Aves das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a emissão da declaração de aceitação pela Junta de Freguesia de Ferreira De Aves, ou 15 dias após entrega dos elementos a elaborar pelo prestador de serviços ao abrigo do contrato, caso esta não tenha sido emitida.
3. Em caso de discordância por parte da Junta de Freguesia de Ferreira De Aves, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, num prazo não superior a 15 dias, de acordo com o n.º 2 do artigo 299.º do CCP, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas por cheque.
5. A inobservância dos prazos de pagamento previstos no n.º 1 confere ao adjudicatário o direito ao pagamento dos correspondentes juros moratórios, sem prejuízo dos demais direitos que legalmente lhe assistam.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 15.^a - Penalidades contratuais

1. No caso de incumprimento de qualquer das obrigações assumidas pelo prestador de serviços no contrato, por causa imputável a este, poderá ser aplicada uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = V * A / 500$$

Legenda:

P = Montante da Penalidade;

V = Preço Contratual;

A = Número de Dias em Atraso.

2. A cobrança das eventuais penalidades em que o prestador de serviços incorra será deduzida no primeiro pagamento efetuado ou devido logo após a sua aplicação ou, não havendo pagamentos a efetuar, no prazo de dez dias a contar da respetiva notificação para o efeito enviada pela Junta de Freguesia de Ferreira De Aves.

3. Se o pagamento das sanções pecuniárias devidas à Junta de Freguesia de Ferreira De Aves for protelado por qualquer motivo, o prestador de serviços deverá pagar juros de mora à taxa legal, com efeitos a contar da data em que a multa deveria ter sido paga.
4. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Junta de Freguesia de Ferreira De Aves exija uma indemnização pelo dano excedente.
5. A aplicação das penalidades previstas na presente cláusula, de acordo com o disposto no n.º 2 do artigo 308.º do CCP, e atento o preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 307.º do mesmo diploma legal, deverá ser assegurado ao prestador de serviços o direito de audiência prévia, tal como regulado no Código do Procedimento Administrativo (CPA), relativamente à intenção de aplicação da sanção.

Cláusula 16.^a - Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir causas de força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais,

atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a.* Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b.* Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c.* Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d.* Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e.* Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f.* Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g.* Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 17.^a - Resolução por parte da Junta de Freguesia de Ferreira De Aves

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Junta de Freguesia de Ferreira De Aves pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a.* Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos constantes do contrato superior a 3 meses;
 - b.* Ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo (3 meses) excederá esse prazo.
1. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Junta de Freguesia de Ferreira De Aves.
2. O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato.

3. Nos casos de resolução sancionatória por responsabilidade do prestador de serviços, será o montante respetivo deduzido às quantias devidas, sem prejuízo da Junta de Freguesia de Ferreira De Aves poder executar as garantias por ele prestadas.
4. A Junta de Freguesia de Ferreira De Aves pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentado, mediante o pagamento ao prestador de serviços das despesas que comprovadamente teve na execução dos trabalhos até aquela data.

Cláusula 18.^a - Resolução por parte do prestador de serviço

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução prevista na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
 - a.* Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluídos juros;
 - b.* Pela verificação da impossibilidade de cumprimento de alguma das cláusulas contratuais por parte da Junta de Freguesia de Ferreira De Aves, possa resultar grave prejuízo ou dano para os seus direitos e legítimas expectativas;
 - c.* Se se verificar a suspensão da eficácia do contrato por período superior a 180 dias, por causa não imputável ao prestador de serviços;
 - d.* Se por facto que lhe não seja imputável não se verificar a aprovação de qualquer fase contratada do projeto, no prazo correspondente ao dobro do fixado para a

verificação daquele ato, ou de 180 dias se aquele for inferior a este lapso de tempo;

- e.* A alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, conforme previsto no artigo 312.º do CCP;
- f.* O incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à Junta de Freguesia de Ferreira De Aves;
- g.* O incumprimento pela Junta de Freguesia de Ferreira De Aves de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

2. No caso previsto na alínea a) do n.º 1, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do prestador de serviços ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução é exercido mediante recurso a arbitragem, nos termos da cláusula 28.^a.
4. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à Junta de Freguesia de Ferreira De Aves, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
5. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as

obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO IV - CAUÇÃO E SEGUROS

Cláusula 19.^a - Execução da caução

1. A caução prestada para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato, nos termos do programa do procedimento, pode ser executada pela Junta de Freguesia de Ferreira De Aves, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo prestador de serviços das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de penalidades, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.
2. A resolução do contrato pela Junta de Freguesia de Ferreira De Aves não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. A execução parcial ou total da caução referida nos números anteriores constitui o prestador de serviços na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 15 dias após a notificação da Junta de Freguesia de Ferreira De Aves para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.
5. A liberação da caução processa-se no prazo de 30 dias após o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais, de acordo com o n.º 3 do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 20.^a - Seguros

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos danos patrimoniais e não patrimoniais causados a terceiros em resultado de atos, omissões ou negligência por ele cometidos exclusivamente no decurso da sua atividade.
2. A Junta de Freguesia de Ferreira De Aves pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o(s) prestador(es) de serviços fornecê-la no prazo 15 dias a contar da data da notificação.

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 21.^a - Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, sendo em qualquer caso vedada nas situações previstas no n.º 1 do artigo 317.º do CCP.
2. As entidades subcontratadas pelo prestador de serviços devem cumprir os requisitos previstos nos n.ºs 3 e 6 do artigo 318.º do CCP.
3. No caso de subcontratação, o prestador de serviços permanece integralmente responsável perante a Junta de Freguesia de Ferreira De Aves, pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Cláusula 22.^a - Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.^a - Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e feriados.

Cláusula 24.^a – Alteração ao contrato

Qualquer alteração a introduzir no contrato no decurso da sua execução ou prorrogação do mesmo, será objeto de acordo prévio entre as partes.

Cláusula 25.^a – Resolução de litígios

1. Quaisquer litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade ou resolução do contrato, devem ser dirimidos pelos meios judiciais comuns, estabelecendo-se como competente o tribunal administrativo com competência territorial, com a expressa renúncia a qualquer outro.

2. O disposto no número anterior não impede o recurso voluntário, pelas partes, a meios alternativos de resolução de litígios, designadamente, à mediação ou à arbitragem.

Cláusula 26.^a - Legislação aplicável

Em tudo o omissso no presente caderno de encargos, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente nos seguintes diplomas:

- a)* Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação;
- b)* Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro;
- c)* Diretiva n.º 2014/24/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de fevereiro;
- d)* Em demais legislação aplicável.

CAPÍTULO VI – Cláusulas técnicas

Cláusula 27.^a - Especificações e requisitos técnicos

Caracterização da Operação – Ações a implementar - Descrição e Objetivos

A defesa dos espaços florestais e da natureza em geral, tem de passar necessariamente, pela sensibilização dos cidadãos, incluindo aqueles que não têm ou têm poucas, afinidades profissionais, culturais ou outras, com os espaços florestais e naturais.

Esta ação intervém na prevenção estrutural, essencialmente da gestão de combustíveis em locais estrategicamente localizados, com o intuito de reduzir a incidência dos incêndios florestais e infraestruturar o espaço.

Com esta intervenção, pretende-se a criação de um mosaico de parcelas de gestão de combustíveis inserido na Freguesia de Ferreira de Aves, Concelho do Sátão.

Pretende-se intervir em cerca de 324,668 ha de espaço florestal, escolhido criteriosamente para potenciar os pontos fortes que o PROF diagnosticou para a sub-região da Floresta da Beira Alta, onde se incluem as áreas a intervencionar, objeto da candidatura ao Programa de Desenvolvimento Rural 2020 – Operação 8.1.3 – Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos, que foi aprovada.

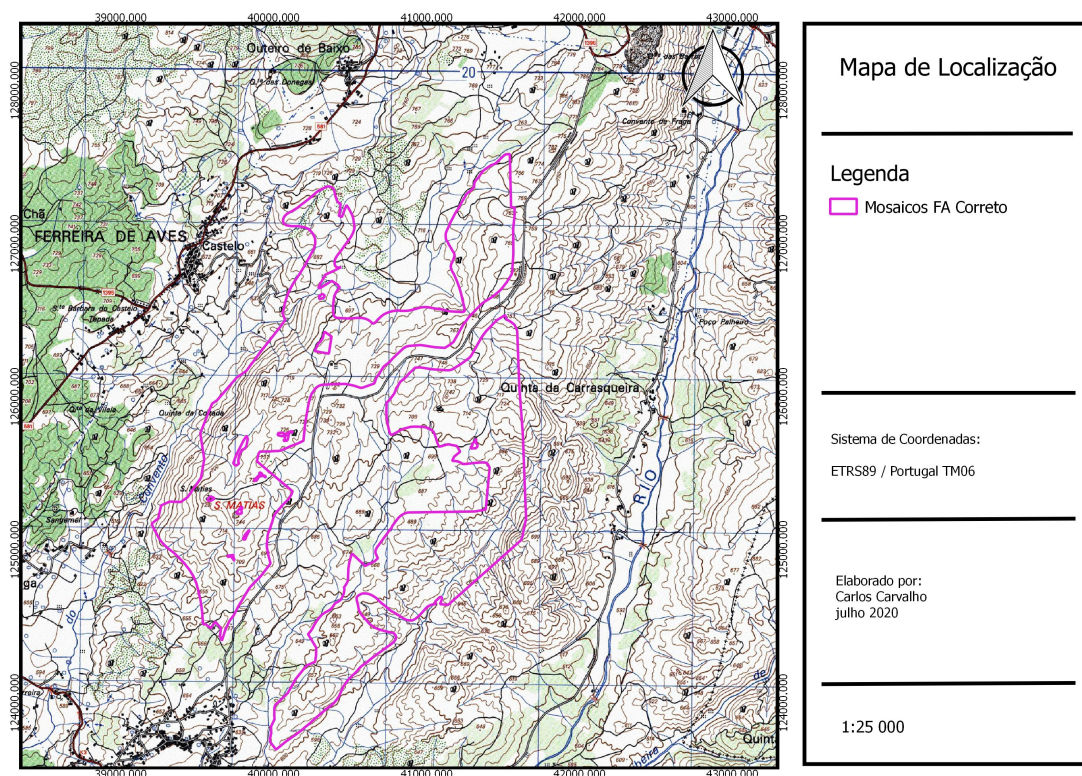


Foto 1 – Planta de Localização da área a intervencionar

Em termos de classificação do espaço e de acordo com a alínea s) do artigo 3º da Portaria n.º 1134/2015, de 18 de maio, a área a intervencionar é, claramente, um povoamento florestal, já que é composto por árvores florestais com alturas dominantes entre 10 e 15 m, com um grau de cobertura que oscila entre os 60% e os 90%, com uma estrutura irregular, com várias classes de idade.

De acordo com o artigo 3º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua atual redação dada pelo Decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de janeiro, o Mosaico de Parcelas de Gestão de Combustível define-se como o conjunto de parcelas do território no interior dos compartimentos definidos pelas redes primária e secundária, estrategicamente localizadas, onde através de ações de silvicultura se procede à gestão dos vários estratos de combustível e à diversificação da estrutura e composição das formações vegetais, com o objetivo primordial de defesa da floresta contra incêndios.

Estas ações, estão de acordo com o estabelecido no PMDFCI para o concelho de Sátão, aprovado pela Comissão Municipal de Defesa da Floresta.

A manutenção de um mosaico de parcelas onde se procede à gestão dos vários estratos de combustível e à diversificação da estrutura e composição dos povoamentos, contribui decisivamente para a eliminação das principais condições que contribuem para os fogos de dimensão e intensidade catastróficas, sendo estas:

- Fortes acumulações de combustíveis;
- Continuidade de estratos de combustível, quer horizontal, quer verticalmente;
- Elevada proporção de combustíveis mortos;
- Distribuição geográfica desfavorável destas características ao nível da paisagem.

Esta intervenção, prevê ações de silvicultura preventiva ao nível dos mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis, que se apresentam de seguida.

Em termos gerais, os mosaicos deverão ser sujeitos, basicamente, ao mesmo tipo de ações técnicas, designadamente:

- Controlo de vegetação espontânea (nesta zona, dada a existência de uma grande densidade de matos, é necessário o seu corte e remoção ou destroçamento, de modo a prevenir eventuais ocorrências de fogos florestais);
- Corte do mato com equipamento mecânico e manual, utilizando para o efeito, motorroçadoras e podões, devido à presença de alguns afloramentos rochosos e à distribuição do arvoredado no terreno;
- Desramação, que deverá ser feita em todas as árvores que ficam como árvores de futuro;
 - A desrama nunca deverá incidir em mais de 1/3 da altura das árvores.
 - O corte dos ramos deve ser liso, o mais aproximado do fuste possível, mas sem o danificar.
 - O toco, a permanecer, não poderá ter uma altura superior a 2/3 cm.

- Poda de formação das folhosas existentes (carvalhos, salgueiros, castanheiros e bétulas), que se entende por corte de forma seletiva, dos ramos que desequilibram o tronco, a fim de obter um fuste direito com maiores dimensões.

As operações previstas para estes trabalhos devem ser todas executadas com equipamentos moto manuais, englobando a motosserra, podões e motorroçadora.

Deverão ser retirados ou destroçados todos os desperdícios provenientes da correção de densidades, desrama e podas de formação.

CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO – AÇÕES A IMPLEMENTAR – CONFORMIDADE COM OS INSTRUMENTOS DE PLENEAMENTO E GESTÃO

O Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) Centro Litoral, apresenta um diagnóstico da situação atual da região, com base numa ampla recolha de informação necessária ao planeamento florestal, o que se revela de enorme contributo para o setor florestal e para outros instrumentos de gestão territorial, em especial para os Planos Especiais de Ordenamento do território (PEOT) e os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT).

A organização dos espaços florestais incluídos na zona do PROF Centro Litoral, é feita ao nível das sub-regiões homogéneas, que correspondem a unidades territoriais com elevado

grau de homogeneidade relativamente ao perfil de funções do espaço e às suas características, possibilitando a definição territorial de objetivos de utilização.

A área a intervencionar está inserida na sub-região homogénea da Floresta da Beira Alta.

Em termos específicos, existe enquadramento nos seguintes objetivos estabelecidos pelo PROF para a sub-região abrangida pela área de intervenção:

- Diminuir o número de ignições de incêndios florestais;
 - Diminuir a área queimada;
 - Promover o redimensionamento das explorações florestais de forma a otimizar a sua gestão;
 - Redução das áreas abandonadas;
 - Criação de áreas de gestão única de dimensão adequada.
-
- **Enquadramento dos investimentos em instrumentos de planeamento e gestão aplicáveis.**

Considerando outros instrumentos de planeamento e de gestão, a área a intervencionar abrange zonas com condicionantes/ecossistemas com expressão no PDM, como sejam a Reserva Ecológica Nacional e Regime Florestal. No entanto, pretende-se que as ações preconizadas, não colidam com as restrições de intervenção nesses locais, devendo a escolha das intervenções ser feita atendendo às restrições do declive e da erosão potencial

do solo, tal como deverão ser preservadas quer as espécies arbóreas autóctones, quer arbustos com valor ecológico.

Por outro lado, o benefício ambiental decorrente da implementação destas medidas, deverá traduzir-se, em termos globais, na diminuição da área percorrida por grandes incêndios e na criação de locais seguros para as forças de combate a incêndios.

A existência de incêndios florestais está associada ao nosso clima e aos nossos hábitos culturais, pelo que devem ser criadas no terreno as condições técnicas que permitam um maior sucesso e segurança no seu combate.

A estratégia passará por reduzir os combustíveis em linhas e pontos estratégicos, em função da cobertura e ocupação do solo, do histórico dos incêndios, dos valores económico-sociais a defender, entre outros.

É neste sentido e atendendo a que o espaço rural se encontra abandonado, que a existência de faixas de gestão de combustível pode contribuir para a redução dos grandes incêndios, porquanto permitem um combate mais eficiente e seguro.

CARACTERIZAÇÃO DA OPERAÇÃO – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Local 1 (324,668 há – Mosaico de FGC) (Polígonos 9000002328391 e 9000002328393) –

- ❖ Respeita a: (i) espaços com declives reduzidos na ordem de 1% a 5%; (ii) coberto vegetal constituído por estrato arbóreo e arbustivo; (iii) apresenta alguns afloramentos rochosos de elevada pedregosidade.
- ❖ O estrato arbóreo é constituído, principalmente, por Pinheiro Bravo proveniente de arborização com cerca de 15 a 20 anos de idade e alguma regeneração natural de pnb e Quercus de várias idades, e no que respeita à densidade, em média observam-se 1666 árvores num hectare.
- ❖ O estrato arbustivo é constituído por giestas e carqueja, com altura que varia de 1 a 2 metros.
- ❖ A área de intervenção é caracterizada por vegetação arbustiva e herbácea.





Fotos 2, 3, 4 e 5 – Estado atual do local 1 da área de intervenção, evidenciando a necessidade de intervenção

Mapa de quantidades

ART.	DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	P UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR
1.1	Controlo da Vegetação espontânea	324,668	ha	766,72 €	248 929,45 €
1.2	Desramação	324,668	ha	429,25 €	139 362,21 €
Preço Base					388 291,66 €

Ferreira De Aves, 12 de janeiro de 2023

O Presidente da Junta de Freguesia

(O presente documento, contém assinatura eletrónica qualificada do cartão de cidadão do Presidente, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 02 de agosto, na sua atual redação.)